

Protocolo:

Processo:

Projeto:

Tipo: Requerimento

Autor: Deputado Caravina

REQUEIRO à Mesa Diretora, nos termos regimentais, após ouvido o Colendo Plenário, seja encaminhado expediente deste Poder ao Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, **Antonio Carlos Videira**, com o objetivo de obter informações detalhadas acerca da contratação emergencial da empresa Montreal Informática S.A. e da atual prestação de serviços vinculada à emissão da nova Carteira de Identidade Nacional (CIN):

1. Por qual razão a SEJUSP celebrou quatro termos em caráter **emergencial** com a Empresa Montreal Informática S.A ao longo de mais de dois anos (1º Termo Emergencial: julho/2022; 2º Termo Emergencial: novembro/2022 a março/2023; 3º Termo Emergencial: junho/2023 a agosto/2023; 4º Termo Emergencial: dezembro/2023 a agosto/2024)?
2. A SEJUSP reconhece que, com a celebração do 4º termo, já se esgotaram os limites legais e excepcionais para contratações emergenciais com a mesma empresa?
3. O pagamento para continuidade da prestação de serviços após o fim do último termo emergencial está ocorrendo por meio de processo indenizatório?
4. Em caso afirmativo, qual foi a data do primeiro pagamento feito à empresa Montreal por meio de processo indenizatório?
5. Quantos pagamentos através dessa modalidade já foram realizados e quais são os valores?
6. Qual o valor pago atualmente por documento de identidade expedido?

7. Qual a estimativa de custo por documento emitido no processo licitatório em andamento?
8. Por qual motivo o processo licitatório iniciado em 2022 ainda não foi finalizado, mesmo com amplo prazo de adaptação à nova legislação?
9. Desde a abertura do novo procedimento licitatório em 2022, quantos documentos de identidade foram emitidos por meio da modalidade off-line (com foto 3x4, coleta biométrica na "tinta" e assinatura física)?
10. Quantos municípios atualmente ainda operam **sem** estação on-line completa fornecida pela empresa Montreal?
11. Tais municípios foram recentemente atendidos com tablets e dispositivos móveis (celulares, tripé, luz, cabos) em substituição às estações completas que deveriam ser fornecidas pela empresa Montreal? Se sim, qual o valor total gasto pela SEJUSP com a aquisição desses equipamentos?
12. Por quais motivos a SEJUSP vem improvisando um modelo "meio online", adquirindo dispositivos como tablets, celulares, canetas e cabos, quando a obrigação contratual da empresa Montreal seria fornecer toda a estrutura integrada para a prestação desse serviço?
13. Haverá o reembolso por parte da empresa contratada, no que diz respeito à aquisição desses equipamentos pela SEJUSP?
14. Quais os equipamentos que a empresa Montreal se comprometeu a fornecer no referido processo (ex: scanner, mobiliário, câmera, leitor biométrico, etc.)?
15. Qual o prazo estimado de conclusão da licitação atualmente em curso?

Campo Grande, 23 de abril de 2025.

CARAVINA

Deputado Estadual - PSDB

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento tem por finalidade obter esclarecimentos sobre a condução da política pública de emissão da nova Carteira de Identidade Nacional (CIN) no Estado de Mato Grosso do Sul, com ênfase na contratação da empresa Montreal Informática S.A., nas sucessivas renovações emergenciais, nos pagamentos realizados, na ausência de conclusão do processo licitatório iniciado em 2022, e na precariedade do atendimento oferecido à população nos municípios do interior.

Desde 2022, a SEJUSP tem firmado contratos emergenciais com a referida empresa para a execução dos serviços de emissão da CIN, totalizando quatro termos emergenciais sucessivos, com o atual termo vigente até agosto de 2024.

A situação se agrava diante de relatos de que, mesmo com termos emergenciais em vigor, segundo consta, a empresa tem recebido pagamentos por meio de processos indenizatórios, modalidade excepcional que deve ocorrer apenas em situações absolutamente imprevisíveis. Além disso, os valores mensais pagos exigem maior transparência e demonstração de economicidade, especialmente quando comparados aos valores previstos na licitação em andamento.

Conforme relatos recebidos por esta Casa de Leis e publicações da imprensa regional, aproximadamente 58 municípios ainda operam em regime arcaico, utilizando-se de coleta biométrica com tinta, fotografia 3x4 e assinatura manual, sem acesso às estações completas de captura digital que deveriam ser fornecidas pela empresa Montreal.

Como medida paliativa, a SEJUSP tem distribuído tablets, celulares, cabos e demais dispositivos a tais municípios, com recursos próprios, sem previsão de reembolso contratual e sem comprovação de adequação técnica aos requisitos normativos da nova CIN.

Diante da gravidade dos fatos e da relevância do tema, este requerimento se faz imprescindível para a apuração e eventual correção de condutas administrativas que possam comprometer a eficiência da gestão pública e o direito do cidadão a uma identificação civil segura, moderna e acessível.